AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

1. DO PREAMBULO:

1.1. O Município de Pajeu do Piaui-PI, inscrito no C.N.P.J sob o nº 01.612.602/0001-62, com sede na administrativa na Rua Maria Ribeiro Antunes, s/nº , Centro, Pajeu do Piaui-Pi, CEP – 64.898.000 neste ato representado pela Adriana Gomes Leal, Secretária Municipal de Saude,nos termos do art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que, tem interesse em realizar a contratação direta de aquisição parcelada e sob demanda de materiais de construção em geral e caixa d'aguas para atender as necessidades das Secretarias e Fundos do Município de Pajeú do Piauí-PI, conforme especificações contidas no Termo de Referência, de acordo com os documentos que integram o processo administrativo nº 0.010.001.207/2021, tudo isso com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1. É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da pratica de atos imorais, atos esses eivados pela pessoalidade e, que possam acarretem a coletividade um tratamento discriminatório não previsto em lei.

2.2. O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

2.3. Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio, é que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, assim a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixa duvidas quanto ao acima exposto, entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 diz que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, nesse sentido é o art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – CRFB/1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
[...]
XXI - *ressalvados os casos especificados na legislação*, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:
[...].
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;[...].
§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

2.4. Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

2.5. Nesse sentido Niebuhr (2015, p. 123):

> [...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade. [...][1].

2.6. Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

> O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedadede licitação[2].

2.7. Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

2.8. No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:

a) por dispensa de licitação;

b) por inexigibilidade de licitação.

2.9. Especificamente para o caso em tela, assim dispõe o art. 75, inciso II, c/c § 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, acima citado.

3.DAS JUSTIFICATIVAS:

3.1 O fornecimento dos materiais aqui relacionados tem por finalidade atender as necessidades dos pequenos reparos, manutenções e serviços executados em vias, logradouros e prédios públicos mantidos

pelas Secretarias e Fundos através dos seus programas e ações necessários para a rotina administrativa das Secretarias e Fundos do Município de Pajeú do Piauí.

3.2 Ademais, justifica-se pelo fato de que já se passaram mais de 06 (seis) meses do exercício financeiro 2021, sendo que a realização de pregão tem se mostrado inviável haja vista que ja foi realizdo o Pegão Presencial 009/2021, que já foi fracassado por auensencia de interresados 02(duas) vezes.

3.3 Assim, a fim de se evitar a morosidade na contratação de tal serviço essencial à atividade adminstrativa, não havendo impedimento legal para a contratação mediante dispensa, optou-se pela realização nos moldes do art. 75, II, da nova lei de licitações, o que possibilitará ampla concorrência, devido à obrigatoriedade de publicação de aviso em site oficial por pelo menos 03 (três) dias úteis, fato que oportunizará ampla concorrência, prestigiando a contratação mais vantajosa para o Municipio.

3.4 OPTA, a Administração Municipal, avaliados os aspectos/fatos que norteiam o caso em tela, considerando não possuir a municipalidade licitações para os serviços ora necessários, resta evidente que a contratação direta é a via adequada e efetiva para eliminar/relativizar os danos ao interesse público.

3.5 Entretanto, a presente Dispensa de Licitação só será efetivada após respeitado o disposto no § 3º do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4. DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

4.1. Os serviços objeto da presente dispensa deverão possuir as seguintes especificações mínimas:

LOTE I – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DE USO EM GERAL					
ITEN	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CARRINHO DE MÃO	UND	7	R$ 230,00	R$ 1.610,00
2	BLOCOS	MILHEIRO	7	R$ 830,00	R$ 5.810,00
3	TELHAS	MILHEIRO	3	R$ 980,00	R$ 2.940,00
4	ARAME FARPADO	BOLAS	10	R$ 400,00	R$ 4.000,00
5	ENXADA	UND	10	R$ 30,00	R$ 300,00
6	CIMENTOS	UND	500	R$ 33,00	R$ 16.500,00
7	VASORÃO	UND	10	R$ 20,00	R$ 200,00
8	SERRINHA	UND	10	R$ 10,00	R$ 100,00
9	RASTEL	UND	20	R$ 37,00	R$ 740,00
10	PÁ	UND	10	R$ 38,00	R$ 380,00
11	PICARETO	UND	3	R$ 57,00	R$ 171,00
12	XIBANCO	UND	3	R$ 65,00	R$ 195,00
13	MANGOTE PARA LAVATORIO E PIA	UND	30	R$ 5,50	R$ 165,00
14	GARGANTA	UND	20	R$ 6,00	R$ 120,00
15	COLA TUBO GRANDE	UND	30	R$ 4,00	R$ 120,00
16	FIO 12	UND	5	R$ 280,00	R$ 1.400,00
17	FIO 10	UND	5	R$ 400,00	R$ 2.000,00
18	CHAVE DE FENDA	UND	10	R$ 7,00	R$ 70,00
19	ARAME GALVANIZADO Nº 14	UND	10	R$ 22,00	R$ 220,00
20	MARTELO	UND	15	R$ 25,00	R$ 375,00
21	CADEADO 35M	UND	20	R$ 16,50	R$ 330,00

22	TORNEIRA DE PLÁSTICO SIMPLE	UND	20	R$ 4,50	R$ 90,00
23	ZINCO PARA TETO 60CM	M	30	R$ 30,00	R$ 900,00
24	ZINCO PARA TETO 70CM	M	25	R$ 35,00	R$ 875,00
25	ZINCO PARA TETO 80CM	M	29	R$ 40,00	R$ 1.160,00
26	TINTA EM PÓ 2 KG	PCT	30	R$ 10,00	R$ 300,00
27	TINTA ESMALTE SINTETICO 1L	LT	5	R$ 14,00	R$ 70,00
28	TINTA PVA 18 LITRO	LT	10	R$ 125,00	R$ 1.250,00
29	TINTA PVA 3600ML	GALÃO	20	R$ 25,00	R$ 500,00
30	FERRO VEGALHÃO 3/4	UND	10	R$ 100,00	R$ 1.000,00
31	FERRO VEGALHÃO 3/8	UND	10	R$ 115,00	R$ 1.150,00
32	FERRO VEGALHÃO 4.2MM	UND	15	R$ 35,00	R$ 525,00
33	FERROLHO CHATO ZINCADO 5"	UND	5	R$ 9,50	R$ 47,50
34	FERROLHO CHATO CL PORTA CADEADO ZINCADO 3"	UND	10	R$ 3,50	R$ 35,00
35	FECHADURA PARA PERFILESTREITO	UND	10	R$ 39,00	R$ 390,00
36	FECHADURA INOX INTERNA	UND	5	R$ 29,00	R$ 145,00
37	FECHADURA INOX EXTERNA	UND	5	R$ 39,00	R$ 195,00
38	FECHADURA BICO DE PAPAGAIO	UND	5	R$ 45,00	R$ 225,00
49	ARAME LISO	UND	3	R$ 420,00	R$ 1.260,00
50	DOBRADIÇA DE FERRO ZINCADA 3.1/2	UND	50	R$ 3,00	R$ 150,00
51	DOBRADIÇA DE FERRO ZINCADA 3	UND	50	R$ 3,00	R$ 150,00
52	FOICE ROÇADEIRA	UND	5	R$ 17,00	R$ 85,00
53	MASSA CORRIDA PVA 18LT	LT	15	R$ 45,00	R$ 675,00
54	HASTE PARA ATERRAMENTO 1,20M COMPLETO	UND	20	R$ 17,00	R$ 340,00
55	HASTE PARA ATERRAMENTO 2,40M COMPLETA	UND	10	R$ 24,00	R$ 240,00
56	ROLO ESPUMA 15CM CL SUPORTE	UND	20	R$ 7,50	R$ 150,00
57	ROLO ESPUMA 23CM CL SUPORTE	UND	15	R$ 16,00	R$ 240,00
58	ROLO ESPUMA 4CM C/SUPORTE	UND	29	R$ 3,50	R$ 101,50
	VALOT TOTAL DO LOTE I (quarenta e nove mil e novecentos e noventa e cinco reais)				*R$ 49.995,00*

Os preços fixados no Termo de Referência devem ser interprestados como estimados, devendo cada licitante, segundo metodologia própria, avaliar seus custos e as condições para fornecimento dos materiais nos prazos e locais fixados neste Edital.

5-RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

5.1 São razões da escolha do fornecedor: a apresentação de toda a documentação referente à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como a oferta do menor preço global dentre aqueles que participaram da pesquisa de preços, o que caracteriza a proposta mais vantajosa à Prefeitura Municipla.

6- JUSTIFICATIVA DO PREÇO

6.1 O valor estimado da contratação será obtido através da média dos orçamentos apresentados, nos termos

do artigo 75,§ 3º da Lei 14.133/2021. Destaca-se que os mesmos devem guardam compatibilidade entre si, estando adequados aos preços praticados no mercado.

7.DA ENTREGA, DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS, DO SUPORTE E DARESPONSABILIDADE:

7.1 A substituição de equipamentos com defeito deverá ocorrer em no máximo 01 (um) dia útil do comunicado;

7.2 Os equipamentos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Saude, sendo que os equipamentos ficarão sob a responsabilidade dos servidores da Secretaria Municipal de Saude a operação dos equipamentos.

7.3 A manutenção corretiva dos equipamentos correrá por conta da futura CONTRATADA, devendo eventuais defeitos ser sanados num prazo máximo 03 (três) dias úteis, caso não seja possível a resolução do problema no prazo fixado anteriormente, deverá a futura contratada, em substituição ao equipamento defeituoso, disponibilizar outro equipamento num prazo de 02 (dois) dias úteis do prazo fixado anteriormente.

7.4 São responsabilidades da futura CONTRATADA:

7.4.1 Fornecer e gerenciar todo e qualquer suprimento necessário ao regular funcionamento das equipamentos;

7.4.2 Fornecimento, logística e troca de todo e qualquer suprimento necessário ao regular funcionamento dasequipamentos;

6 - DA FORMA DE PAGAMENTO:

6.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias da prestação dos serviços e entrega da e recebimento definitivo dos serviços juntamente com a nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

6.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada as devidas consultas da regularidade social.

7-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias previstas noorçamento de 2021:

8.DO FORO:

8.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente DISPENSA, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarcade Canto do Buriti-PI.

9.DA LEGISLAÇÃO APLICADA:

9.1. Aplica-se à este Termo de Dispensa, nos casos omissos, a seguinte legislação:

a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
b) Lei Federal nº 14.133, de 2021;
c) Lei Federal nº 4.320, de 1964;
d) Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
e) Lei Orgânica do Município.

10. DO ENQUADRAMENTO LEGAL:

10.1. O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese de dispensa de licitação, amparadono art. 75, inciso II, c/c § 3º todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as justificativas presentes nos autos.

11. DA DELIBERAÇÃO E VINCULAÇÃO:

11.1. Considerando o acima exposto acolho as justificativas da dispensa de licitação e AUTORIZO publicação no sitio da municipalidade pelo prazo de 03 (três) dias úteis.

11.2. Manifestação de interesse e orçamentos deve, nos termos da planilha do ITEM 4.1, ser enviadas para o e-mail:***cplpajeu.prefeituradepajeu@gmail.com*** até as 17h30 min dia 09/06/2021.

Pajeu do Piaui-Pi, 03 de junho de 2021.

Ana Cláudia Tavares dos Reis
Secretária Municipal de Planejamento e Administração